

A morte do bloco

Haroldo Hollanda

O senador paranaense Affonso Camargo Neto, do PTB, atesta a morte da idéia da formação de um bloco governista de senadores para eleger o próximo presidente do Senado, ele que foi um dos pioneiros dessa proposta política. Reconhece que, na medida em que o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ficou contra a iniciativa, ela perdeu toda e qualquer viabilidade. Desistiu simplesmente de dar andamento ao assunto. "Não sou de dar murros em ponte de faca", disse Camargo. No seu entender, Passarinho acabou também por convencer o presidente da República a assumir uma posição contrária ao bloco. De acordo com seu depoimento, a esta altura dos acontecimentos, novos fatos perturbadores vieram a ocorrer: reunidas em Brasília no decorrer desta semana, as novas bancadas do PTB na Câmara e no Senado resolveram assumir uma atitude de independência em relação ao governo. Essa posição será formalizada em breve pelo partido numa reunião do seu Diretório Nacional. Nessas condições, antecipa que ele próprio não terá mais condições políticas de se incorporar ao bloco parlamentar de apoio ao governo, idéia da qual sempre partilhou com grande entusiasmo. Dando conta do clima predominante nas reuniões desta semana das bancadas do PTB na Câmara e no Senado, conta que as críticas ao governo foram tão constantes que o presidente da legenda, Pava Muniz, se assustou com o tom de que elas se revestiam, confessando o seu temor de que o partido estivesse indo para a oposição.

No último encontro que manteve com o presidente Fernando Collor, de quem é interlocutor freqüente, o senador Camargo queixou-se de que o Governo Federal padece de uma excessiva influência dos tecnocratas que o dominam. Os tecnocratas, de acordo com sua visão, acham que os políticos quando deles se aproximam só o fazem querendo empregos ou com pedidos que consideram inconvenientes. "Nunca pedi um em-

prego", justifica-se o senador do PTB. Como exemplo dos embaraços que os parlamentares encontram no desempenho de suas missões, lembra que recentemente ligou para o Ministério da Economia. Tinha a intenção de dar conhecimento a Zélia Cardoso de Mello de uma informação política importante. Durante 24 horas não conseguiu ter qualquer contacto com a ministra. Como não teve êxito em suas tentativas iniciais no dia seguinte propôs outra solução: queria, através de um assessor, fazer com que a informação que detinha chegasse aos ouvidos da ministra. Silêncio total ao seu pedido. No extremo do desespero, ligou para o presidente Collor, que o atendeu de imediato, e a quem deu conhecimento de tudo que acabara de se passar. O senador do Paraná comenta que seu colega, o senador Jorge Bornhausen, em cuja casa o Presidente almoçou recentemente, quis, numa audiência, despedir-se de Collor de Mello, uma vez que seu mandato no Senado expira a 31 de janeiro de 91. Como não houve resposta ao pedido de audiência, o senador Guilherme Palmeira, que tem a qualquer hora acesso ao gabinete presidencial, pegou Bornhausen e o levou anteontem à presença de Collor. O senador Affonso Camargo acha que toda vez que se centraliza a coordenação política no Ministério da Justiça, ela não funciona.

Triturando Medeiros

O ex-ministro e deputado Delfim Netto critica a proposta de entendimento nacional levada ao governo, a qual, segundo ele, teve como autores intelectuais os economistas Antônio Kandir, Gonzaga Beluzzo e Paulo Renato de Souza. O senador Albano Franco, presidente da CNI, contesta a participação de Kandir na formulação dessa proposta. Para o ex-ministro, a proposta é tão desgarrada da realidade que para atendê-la seria preciso o Brasil multiplicar por quatro o valor do seu PIB.